

As eleições desta semana na CNBB

LENILDO TABOSA PESSOA
Especial para "O Estado"

A reunião da CNBB que começa depois de amanhã, em Itaiç, e no decorrer da qual serão eleitos os novos dirigentes da organização realizar-se-ia em Roma, se tivesse sido aceita uma proposta apresentada, nesse sentido, no encontro de fevereiro de 1973. A proposta, entretanto, foi pronta e imediatamente rejeitada pela cúpula dirigente. Segundo se comentou na ocasião e se volta a comentar agora, em círculos bem informados, a rejeição, embora justificada com a invocação das dificuldades que seriam apresentadas pela locomoção de todo o episcopado nacional para Roma, se deveu, na realidade, a dois motivos diferentes.

Em primeiro lugar, a cúpula dirigente, cujos integrantes mudam mas que é sempre formada, com exceção de um ou outro membro, por representantes de um mesmo grupo que se perpetua no controle da entidade desde sua fundação, temia que a realização das eleições junto a Santa Sé e ao Papa dificultasse a aplicação dos métodos aos quais se deve sua perpetuidade.

Em segundo lugar — e isso explica de onde viria essa dificuldade — não seria fácil transladar para Roma e fazer funcionar com eficiência a diabólica "máquina" montada no seio da organização e que é, em grandíssima parte, responsável pela aplicação e pelo êxito dos citados métodos.

A "máquina"

Essa "máquina" se compõe de três partes, que funcionam em perfeita coordenação e com absoluta eficiência. O conhecimento de sua existência e de seu funcionamento é muito instrutivo, sobretudo tendo-se em vista que a CNBB é a campeã dos pronunciamentos em favor da liberdade de escolha e da participação política de todos os cidadãos do Estado. Quando, em vez do Estado, está em jogo sua própria organização e os cidadãos são os bispos, suas opiniões sobre participação e a maneira de pô-las em prática sofrem surpreendentes modificações.

A primeira parte da "máquina" é representada por um agarrado grupo de "pias" mulheres postas na organização desde os tempos do arcebispo itinerante de Olinda e Recife e que representam a primeira barreira à penetração, em seu seio, de qualquer estranho, devendo-se entender por estranho até mesmo bispos ou padres não pertencentes à comunidade fechada em que, no decorrer dos anos, se transformou a entidade. O episcopado e o clero são divididos, por esse grupo, em duas partes: uma é composta pelos privilegiados que podem participar dos segredos da organização e recebem suas instruções para as por em prática; a outra é considerada irreuperável e simplesmente excluída dos divinos segredos, quando se trata de padres, ou habilmente envolvida para ser usada nas ocasiões oportunas quando se trata de bispos.

Nas reuniões da CNBB, as "pias" mulheres se encarregam, com uma equipe de auxiliares, de tarefas materiais e aparentemente pouco importantes, como os serviços de recepção, as comunicações e a reprodução mimeografada dos textos a serem distribuídos à assembleia. Com essas atividades, o grupo consegue em grande parte controlar os contactos dos bispos reunidos com o mundo exterior, selecionando, na medida do possível, as pessoas com as quais devam ou não falar e os textos enviados de fora que devam ou não receber.

O objeto do controle é, evidentemente, o grupo de bispos não pertencentes à "situação" e que devem ser matematicamente vigiados para que sejam preservados de influências nocivas e desempenhem no momento oportuno o papel que deles se espera. Os outros não precisam de controle, pois sabem exatamente o que querem e o que devem ou não devem fazer.

Se alguém chega, por exemplo, à portaria do edifício no qual está reunida a CNBB — no caso de Itaiç teria, antes disso, de superar uma barreira de vigilância — e pede para falar com determinado bispo mas, por qualquer motivo, o contacto não é considerado oportuno, não encontra cara fela nem má-vontade por parte dos recepcionistas. Muito pelo contrário, eles se desdobram em dedicação e expedem emissários especiais à procura da pessoa desejada, mas as buscas resultam infrutíferas. Ao visitante restam apenas duas alternativas: deixar o local lamentando o desencontro mas cheio de gratidão pela dedicação dos recepcionistas ou aguardar que passe acidentalmente pela portaria um bispo conhecido, para então pedir-lhe o favor de chamar o que não foi encontrado.

Frequentemente o prelado que antes vários emissários da recepção não conseguiram localizar é localizado, como por milagre, em poucos segundos. Não se pense, porém, que o encontro possa decorrer daí por diante tranquilamente ou que, se se pretender falar com vários bispos ao mesmo tempo, cada um se prontifique a chamar os outros. Um dos aspectos mais impressionantes das reuniões da CNBB é a facilidade com que os bispos bons se submetem, como doces criancinhas, às pressões psicológicas que dominam o ambiente. Voltaremos a elas mais adiante. Para deixar em paz as "pias" mulheres, referiremos apenas um exemplo de seus esforços para alimentar e manter o ambiente de pressões.

A manobra pode parecer ridícula e, sem nenhuma dúvida, o é. Contribui eficazmente, entretanto, para se obter os efeitos desejados. Testemunhas oculares absolutamente fidedignas referem que em uma das reuniões da organização, quando o arcebispo itinerante de Olinda e Recife passava pelos corredores, as "pias" mulheres gritavam, de longe, quase histericamente: "O santo! O santo!" Ninguém pense que o "pio" antistite passasse, da aquele momento em diante, a evitar os corredores e a se refugiar na capela para se entregar às orações, como o Divino Mestre, que desaparecia quando pretendiam aclamá-lo rei. Pelo contrário, inclinava a cabeça 3 graus para a esquerda e, levando a mão ao coração, assumia um ar compungido que respondia e alimentava o fanatismo: fanatismo que, evidentemente, era em grande parte artificial e dirigido, pois uma das coisas em que menos se acredita atualmente, nos círculos dirigentes da CNBB, é justamente a santidade.

As "pias" mulheres exerciam, na CNBB, uma verdadeira ditadura matriarcal se a direção não fosse, de fato, "colegiada", como a da URSS, e elas não fossem apenas uma importante parte da "máquina", funcionando em perfeita sincronia com as outras, como dissemos acima.

Os padres subsecretários

A parte seguinte da diabólica "máquina" é representada pelos padres subsecretários, que constituem, de certa forma, o cérebro pensante das reuniões. São eles que preparam os documentos a serem aprovados, recorrendo, quando é necessário, a habilíssimas manobras.

Se é previsível, por exemplo, que o documento cuja aprovação já está antecipadamente decidida provoque protestos dos setores mais moderados, prepara-se uma sua versão bem mais exagerada, que provocará ainda maiores reações. Quando, porém, a assembleia está dividida e os ânimos acirrados pró e contra o documento, o texto antecipadamente escolhido surge como uma alternativa mais moderada e os exaltados partidários dos exageros até então em pauta adotam, surpreendentemente, uma atitude conciliatória, fazendo a "concessão" de retirar seu apoio ao texto exagerado e de passar a apoiar o novo.

Diante de seu gesto, os bispos moderados ficariam em má situação se se mostrassem intransigentes vetando também o segundo texto. Assim, decidem aceitá-lo, embora com ele não concordem inteiramente e a aceitação seja, também de sua parte, uma concessão, desta vez sem aspas. Com esse hábil expediente, um texto que, se fosse apresentado desde o início, suscitaria objeções, é aprovado com facilidade e todos saem contentes: os bispos ligados à "máquina" porque desde o início queriam exatamente aquele texto; os outros, porque acreditam ingenuamente que com uma firme tomada de posição obtiveram a vitória da moderação.

Em estreita ligação com os padres subsecretários trabalham alguns bispos, que às vezes são os verdadeiros autores dos documentos. É o caso, por exemplo, de um famoso documento sobre o problema da segurança nacional. Isso não impede, contudo, que os padres subsecretários constituam uma parte autônoma da "máquina".

Sua grande arma é o anonimato. Na França, onde os problemas da conferência episcopal e os criados por ela são idênticos aos da CNBB e aos por ela criados — o que justifica a suspeita de que um cérebro único oriente as duas organizações e outras em idênticas condições — os bispos ainda católicos conseguiram, depois de uma longa luta de cinco anos, que os subsecretários encarregados da elaboração dos documentos a serem discutidos ponham seus nomes no projeto de redação a ser submetido à assembleia. Os nomes não aparecem na redação definitiva aprovada pelo episcopado, mas, pelo menos, os bispos sabem, ao receberem os textos destinados a estudo, quem os preparou e, portanto, quais as tendências que presidiram a sua redação.

Na CNBB não se adotou ainda uma providência semelhante, que seria de inegável utilidade, sobretudo se os bispos bons abandonassem sua injustificável passividade e fizessem valer seus direitos, exigindo que o grupo dos subsecretários fosse composto não apenas por padres secularizantes e seguidores da heresia modernista mas também por sacerdotes ainda católicos.

A cúpula episcopal

A última parte da "máquina", situada no topo da pirâmide, é a cúpula episcopal, formada, em grande parte, por prelados cujos métodos de ação recordam mais a Chicago de 1920 que sua condição de homens revestidos da plenitude do sacerdócio.

Sua mais recente aventura foi a eleição dos representantes brasileiros no IV Sínodo dos Bispos, recentemente terminado. A Santa Sé deu ordens para que os representantes do episcopado na reunião fossem eleitos por todos os bispos, o que forçou o abandono da ideia, já concebida pela cúpula, de encarregar da eleição a Comissão Representativa e, consequentemente, de controlar a escolha. Nas discussões sobre a maneira de pôr em prática a ordem da Santa Sé, foram afastadas duas hipóteses: a da convocação de uma reunião extraordinária do episcopado, que implicaria em grandes despesas de viagem e dificuldades de alojamento, e a de votação individual por correio, dada a escassez de tempo disponível e as dificuldades de comunicação, como também a questão da segurança da correspondência.

Decidiu-se fazer a votação por regiões episcopais. Cada uma se reuniu e indicou seis nomes, dos quais quatro como representantes no Sínodo e dois como suplentes, enviando-os para a sede da CNBB. Os quatro nomes mais votados por todas as regionais deveriam ser escolhidos como representantes e os dois outros colocados imediatamente de nois, por números de votos, como suplentes. O secretário da organização, D. Ivo Lorscheiter, entretanto, decidiu habilmente que os nomes fossem indicados para os postos de 1.º representante, 2.º representante, 3.º representante e 4.º representante, como se se tratasse de eleição para funções diversas.

Com essa manobra, uma minoria organizada que descarregasse seus votos em quatro nomes pré-escolhidos, para "funções" também pré-escolhidas, venceria facilmente a maioria, que, não estando articulada, espalharia seus votos.

Concretamente, o bispo A, por exemplo, podia ser eleito 1.º representante com 50 votos, vencendo o bispo B que tivesse recebido, digamos, 45 votos; o bispo C podia ser eleito 2.º representante com 40 votos, derrotando o mesmo bispo B, indicado para o mesmo "cargo" com 35; o bispo D podia ser indicado 3.º representante com 30 votos, contra o mesmo bispo B, que tivesse recebido 25 votos para a "função" e, finalmente, o bispo E podia ser eleito 4.º representante com 20 votos, levando vantagem sobre o mesmo bispo B, que tivesse recebido 15 votos. No final, o bispo B, tomado aqui como exemplo, teria reunido um total de 120 votos sem ser escolhido para ir ao Sínodo, ao passo que seus concorrentes teriam obtido a escolha com apenas 50, 40, 30 e 20 votos, respectivamente.

Foi exatamente o que ocorreu, embora não com o número de votos indicado nos casos escolhidos como exemplos. De qualquer maneira, o cardeal D. Vicente Scherer obteve 68 votos sem ser indicado para fazer parte da delegação, ao passo que o arcebispo itinerante de Olinda e Recife, com menos de 40 votos, foi "escolhido" como 3.º representante.

As reações suscitadas pelo estranho procedimento levaram a cúpula da CNBB a consultar a Santa Sé, que, como é praxe nesses tempos pós-conciliares, legitimou o abuso, "reparando-o" com a escolha de D. Vicente Scherer, feita pelo Papa, para compor a delegação brasileira, e depois anulou a "reparação", no que podia ela significar, pelo equilíbrio do escolhido, indicando também D. Lucas Moreira Neves. Segundo informações fidedignas, D. Aloisio Lorscheiter conseguiu ainda uma aprovação "a posteriori", da Secretaria do Sínodo, para o tipo de "eleição" realizado.

A cúpula da CNBB age, de modo geral, com bastante desembaraço, manipulando eleições, como no caso citado, ou até põdo o nome de bispos em documentos que eles nem sequer viram. Estranhamente, nenhum deles veio até hoje a público protestar contra semelhante abuso. Isso se explica, embora apenas em parte, pelas pressões psicológicas a que acima aludimos.

As pressões psicológicas

Embora gravemente afetados pela secularização que transparece em todas as suas atitudes e em todos os seus pronunciamentos, os dirigentes da organização exploram habilmente as ideias que constituem o ideal da maioria do episcopado, como o bem da Igreja, a necessidade de evitar o escândalo dos fiéis perante as divergências de seus bispos e até a caridade.

Habilmente cercados, os bispos toleram em silêncio o uso abusivo de seus nomes ou concordam em pôr suas assinaturas em documentos que pessoalmente jamais redigiriam e nos quais fatos reais são misturados com meias-verdades ou interpretados de modo a terminarem adquirindo um sentido que não têm. Isso é particularmente verdade quando se trata de transformar em vitimas de pretensas perseguições religiosas pessoas que, na realidade, estavam usando abusivamente o nome da Igreja ou estavam sendo vítimas de atividades totalmente estranhas ao episcopado ou à evangelização.

Não deixa de ser paradoxal que os bispos ligados à organização saibam tão facilmente

identificar os mártires da evangelização e depois, reunidos com outros no Sínodo, não saibam definir em que consiste nem como deve ser feita essa evangelização.

A maior habilidade da cúpula é posta em evidência justamente nas assembleias da CNBB, de modo particular nas destinadas a eleger os novos dirigentes da organização. Sua maior preocupação consiste em evitar a articulação da maior parte do episcopado, enquanto seu próprio grupo está sempre perfeitamente articulado. Para isso, faz circular ideias como a de que os bispos devem estar unidos como um todo, evitando a qualquer custo a formação de grupinhos.

Como dissemos acima, um dos aspectos mais impressionantes dessas reuniões é a facilidade com que os bispos bons se submetem, como doces criancinhas. Eles mostram verdadeiro pavor a qualquer coisa que possa ser interpretada como a formação de grupinhos. Dificilmente um bispo consegue conversar em particular com outros prelados, no edifício onde se realizam as assembleias, especialmente se nenhum deles pertence à cúpula dirigente ou a ela está ligado, pois nos olhares de muitos está claramente espelhado o temor de que a conversa possa ser interpretada como a maquinação de quem sabe qual plano. O pavor de alguns bispos chega até a levá-los a evitar qualquer troca de ideias com padres conhecidos que casualmente encontrem nos corredores.

Graças ao pavor semeado com tão grosseiras deturpações do sentido da caridade e da solidariedade, a maioria dos bispos comparece à sala das votações sem ter podido trocar ideias com os outros, do que resulta uma inevitável dispersão de votos. O grupo dirigente e seus aliados não só se mostram menos escrupulosos em formar agrupamentos, mas já chegam ao local do encontro com seus candidatos escolhidos e sobre seus nomes concentram seus sufrágios, conseguindo infalivelmente elegê-los.

As eleições de agora

É possível que desta vez, dada a indignação que provocou a manobra para a escolha dos representantes no Sínodo, a "máquina" não funcione com a eficiência desejada, mesmo porque muitos bispos parecem ter finalmente compreendido que não tem sentido fazer concessões para salvar as aparências de

uma solidariedade inexistente, quando já é de domínio público o que se passa no interior da CNBB. De qualquer maneira, a "máquina" está montada como das outras vezes.

O cardeal arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, lidera a chapa sobre a qual o "establishment" descarregará seus votos e as informações de que s. em. não estaria disposto a aceitar a Presidência por não terem sido aceitas apresentadas reivindicações que apresentou provavelmente se destinam apenas a salvar as aparências de honorabilidade das eleições. É significativo que a chapa de s. em. não tenha sido amplamente divulgada entre os bispos.

Circulou, pelo contrário, uma chapa elaborada pelo arcebispo de Aracaju, D. Luciano José Cabral Duarte e por "um grupo de bispos". Inicialmente s. em. mandou uma carta a numerosos bispos, propondo os seguintes nomes: **Presidente:** D. Avelar Vilela Brandão, arcebispo de Salvador; **Vice-presidente:** D. Geraldo Fernandes, bispo de Londrina; **Secretário-geral:** D. Frederico Didonet, bispo de Rio Grande; **Comissão Episcopal de Pastoral:** Linha 1 (Unidade da Igreja): D. José Freire Falcão, arcebispo de Teresina; **Linha 2 (Evangelização):** D. Cristiano Portela de Araújo Pena, bispo de Divinópolis; **Linha 3 (Catequese):** D. Antonio Afonso de Miranda, bispo de Lorena; **Linha 4 (Liturgia):** D. Clemente Isnard, bispo de Nova Friburgo; **Linha 5 (Ecumenismo e Pastoral Amazônica):** D. Milton Pereira, arcebispo coadjutor de Manaus; **Linha 6 (Presença da Igreja no Mundo):** D. Nivaldo Montes, arcebispo de Natal; **CELAM:** Titular: D. Alberto Gaudêncio, arcebispo de Belém; **Suplente:** D. Gilberto Lopes, bispo de Ipameri.

Posteriormente, o arcebispo de Aracaju mandou uma segunda carta, comunicando que D. Frederico Didonet e D. Gilberto Lopes tinham renunciado às próprias indicações e que o "grupo de bispos" indicara para substituí-los D. Juvenal Roriz, bispo de Curitiba (secretaria Geral) e D. Claudio Colling, bispo de Passo Fundo (suplente do CELAM).

A citada lista é considerada como uma chapa de "oposição" e, de fato, o arcebispo de Aracaju tem divergido da cúpula da CNBB no que diz respeito às relações com o poder civil, defensor de posições que chegaram a ser vigorosamente defendidas por D. Eugenio Sales, na época do presidente Costa e Silva, quando lhe eram atribuídas aspirações não só à Arquidiocese do Rio e ao cardi-

nalato mas também à função de ponto de ligação entre o governo e a CNBB.

Há, porém, alguns fatos estranhos que devem ser ressaltados. Em primeiro lugar, a renúncia de D. Gilberto Lopes a sua candidatura foi apresentada como uma consequência da de D. Frederico Didonet. Muitos bispos, contudo, não receberam a notícia de uma renúncia e depois a da outra, com as respectivas indicações dos substitutos, mas as duas e as escolhas dos substitutos foram comunicadas conjuntamente, em uma mesma carta. O fato atestava a existência não de uma verdadeira coordenação entre os bispos, mas sim de uma articulação de um pequeno grupo, com a apresentação dos fatos consumados de sua decisão aos demais.

Dispersão de votos

Em segundo lugar, a lista fornecida à imprensa há poucos dias é a que constava da primeira carta de D. Luciano, com os nomes de D. Frederico Didonet e D. Gilberto Lopes e sem os de D. Juvenal Roriz e D. Claudio Colling. Indica isso que nem todos os bispos receberam a segunda carta, o que provocaria uma dispersão de votos na escolha do titular de uma posição-chave com a Secretaria-Geral?

Em terceiro lugar, a fama de moderação de que se beneficiava D. Avelar Brandão não tem grande fundamento e seria mais acertado falar-se de sua habilidade em jogar em diferentes times. Sua posição em relação à cúpula dominante da CNBB é mais de fraterna colaboração do que de oposição, o que desvirtua grandemente o "oposicionismo" da chapa.

O problema que vem preocupando muitos bispos, porém, é que a "oposição" dos componentes da citada chapa, na medida em que realmente existir, é apenas política e diz respeito só ao problema das relações com o poder civil, que não é o mais importante e nem mesmo um dos mais importantes enfrentados pela CNBB, mesmo porque os atritos surgidos têm sido propositalmente e artificialmente provocados.

No que diz respeito ao problema crucial para grande número de prelados, o da situação da Igreja — minada pelo abandono da ortodoxia, pela indisciplina, pelo desprestígio e pela desmoralização — a maior parte dos componentes da chapa "oposicionista" não oferece a menor confiança. No plano religioso, a atitude dos "oposicionistas" é idêntica à

dos situacionistas e a eventual eleição da chapa não prometeria qualquer mudança.

Isso sem se mencionar a hipótese de que a "oposição" seja mais fictícia do que real e a verdadeira finalidade da chapa seja dispersar votos. Essas e outras considerações, somadas à indignação perante a manobra das eleições para o Sínodo, poderão dar coragem à "maioria silenciosa" e levá-la a romper o círculo das pressões psicológicas a que os bispos serão submetidos durante a reunião desta semana.

Uma reação desse tipo seria mais do que justificável, inclusive porque a pauta dos trabalhos da reunião de Itaiç inclui, além das eleições, o estudo de problemas como o dízimo. Segundo se afirma, é intenção da CNBB estabelecer em todo o País, fixando a contribuição obrigatória dos fiéis não em um décimo mas em um centésimo de seus rendimentos.

Acredita-se que muitos fiéis recusar-se-ão a dar qualquer contribuição enquanto não for restabelecido nas cerimônias litúrgicas o respeito devido ao templo e ao culto. Pode parecer estranho que a CNBB se mostre tão zelosa em relação a um mandamento eclesástico que não vigora no País quando não mostra o mínimo zelo pela preservação da pureza da doutrina nem pela dignidade do culto. Em círculos eclesásticos tem-se, entretanto, que a implantação do dízimo (ou centésimo) tenha em vista um objetivo mais amplo, relacionado com o trabalho de destruição da Igreja e de suas estruturas.

Em outras palavras, tem-se o verdadeiro objetivo da medida seja privar os sacerdotes das esportulas sabendo que os fiéis não pagarão o dízimo para, assim, forçá-los a se profissionalizarem, procurando atividades estranhas a seu ministério. Tratar-se-ia de uma maneira de destruir o clero como instituição, dizimando ainda mais suas fileiras.

Esses temores podem não ser totalmente infundados, pois na Arquidiocese de São Paulo já há o caso de um corretor de seguros ordenado sacerdote sem abandonar suas atividades e aqui e em outras arquidioceses, como a de Olinda e Recife, multiplicam-se os casos de sacerdotes mercenários que fazem cursos de psicologia e depois abrem consultórios, passando a dar assistência às almas mediante o pagamento de consultas.

Os filhos das trevas continuam sem dormir; resta ver se os da luz despertarão e terão coragem de enfrentá-los.

"Onde você vai a essa hora, Luiz Alberto?"